



O Conselho de Ministros aprovou em Novembro a criação de um banco de fomento para apoiar o financiamento das empresas.



Administração do banco de fomento será escolhida em 2014

Banco público Elementos da comissão instaladora cessam funções até final do primeiro semestre de 2014. Governo tem seis

Filipe Alves
filipe.alves@economico.pt

O Governo vai nomear nos próximos dias a comissão instaladora do banco de fomento, mas os elementos do conselho de administração apenas deverão ser escolhidos durante o primeiro semestre de 2014, apurou o Diário Económico.

Ao contrário de outros diplomas do género, a resolução do conselho de ministros que estabelece a Instituição Financeira de Desenvolvimento (IFD), publicada a 18 de Novembro, especifica que os membros da comissão instaladora cessam funções com a nomeação dos órgãos sociais.

Este facto dá alguma margem de manobra ao Governo para gerir a polémica causada pela

recusa do antigo autarca do Porto, Rui Rio, em presidir àquela comissão instaladora.

Ao que o Diário Económico apurou, o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, quer acabar rapidamente com a polémica que envolve o seu potencial rival pela liderança do PSD, prevendo-se a nomeação da comissão durante esta semana.

Mas a recusa de Rio em aceitar o cargo está a dificultar o processo, pois outras personalidades sondadas recusam ser vistas como segundas escolhas.

A prazo, o Governo admite entregar a liderança da instituição sediada no Porto a um gestor do Norte do País, indo ao encontro das reivindicações de 'barões' locais do PSD.

"O presidente deverá ser alguém do Porto ou do Norte",

Pedro Passos Coelho quer acabar rapidamente com a polémica sobre o convite a Rui Rio, prevendo-se a nomeação da comissão instaladora durante esta semana.

disse uma das fontes contactadas pelo Diário Económico, que pediu para não ser identificada.

Adiantou: "Quem for nomeado presidente deve ter liberdade para escolher a sua própria equipa, o que não seria o caso no convite que foi feito a Rui Rio, porque o Governo já escolheu os outros membros da comissão instaladora".

Outra reivindicação que se tem feito ouvir em São Bento é a de que o presidente da IFD tenha sensibilidade para a situação das empresas.

Em cima da mesa, segundo as mesmas fontes, estão os nomes de várias figuras dos meios político, académico e empresarial residentes no Norte, mas a decisão final caberá ao primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho.

Banca segue com expectativa

Na banca, a criação da IFD está a ser seguida com atenção. "Há muita gente na banca e também na política que gostava de ir para a nova instituição. Antecipamos uma luta silenciosa", disse uma fonte que pediu para não ser identificado.

Por outro lado, a criação de uma instituição de fomento está a suscitar críticas de quem considera que a CGD podia assumir este papel, como o presidente do BIC, Mira Amaral. "Já existe a CGD como banco público, que, ao existir uma falha de mercado (...), poderia assumir esse papel", disse o presidente do BIC (ler texto ao lado).

"Penso que a criação de um banco de fomento constitui uma solução menos feliz e totalmente dispensável, porque o Estado

“Como banco público, a Caixa poderia assumir esse papel”

A intervenção do Estado no financiamento às empresas “justifica-se”, diz Mira Amaral que considera que esse papel poderia ser assumido pela CGD.

O presidente do Banco BIC Portugal e antigo ministro da Indústria entende que se justifica uma intervenção do Estado no financiamento às empresas, mas salienta que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) tem condições para assumir esse papel, sendo desnecessária a criação de um banco de fomento.

O que pensa da criação desta nova entidade? É positiva para o país e para as empresas?

Já existe a CGD como banco público que, ao existir uma falha de mercado que justifique a intervenção pública, poderia assumir esse papel. Vejo três razões para alguma intervenção pública: primeira, projectos para financiamento a longo prazo, em que um banco de desenvolvimento estará mais vocacionado que a banca comercial; segunda, apoio à recapitalização de empresas, coisa para a qual a banca comercial não está vocacionada. De recordar, que no que toca à cobertura de risco de crédito, já existe o Sistema de Garantia Mútua que eu lancei no PE-DIP e que é utilizado por todos os bancos comerciais portugueses. Ao lançar o Sistema de Garantia Mútua, não precisei de criar mais um banco público, coloquei o sistema à disposição dos bancos existentes; terceira, taxas de juro ainda elevadas nos créditos às empresas portuguesas, por essas taxas terem naturalmente que incluir o prémio de risco da República Portuguesa. Aqui, de duas uma: ou a nova instituição não repassa o prémio de risco para as empresas, e tem de ser o Orçamento de Estado a suportar isso e não vejo como tal é possível... Ou repassa tal para os clientes, mas para isso não é preciso uma instituição pública, o banco já o faz...

O papel de banco de fomento poderia, então, ser da Caixa?

O Grupo CGD tem na área da banca de empresas do banco co-

mercial e no “corporate finance” da Caixa - Banco de Investimento as competências e o know-how para isso.

O que considera ser o desafio mais relevante para as empresas portuguesas: o financiamento ou a capitalização?

Temos um sério problema de recapitalização de empresas com estruturas financeiras sem o mínimo adequado de capitais próprios. Para as empresas viáveis com estruturas financeiras adequadas, não há neste momento problemas de liquidez nos bancos portugueses para as financiarem. Há é, como referido atrás, um problema de preço de crédito pois que as taxas de juro



“

Temos um sério problema de recapitalização das empresas.

comerciais têm embebido o prémio de risco da República.

Não se corre o risco de criar uma entidade condenada a financiar as ‘más’ empresas, aquelas que não conseguem crédito nos bancos comerciais?

É evidente que corre se não se cingir ao papel de banco grossista, financiando os bancos comerciais e deixando a estes a gestão do risco de crédito. Se tiver uma ligação directa às empresas, é evidente que as empresas inviáveis economicamente e com estruturas financeiras desequilibradas, que não são financiadas pela banca comercial por razões óbvias de risco de crédito, formarão bicha para ir à nova instituição! ■F.A.

meses para escolher gestão.

já dispõe da Caixa Capital, que neste momento é uma ‘empty box’ utilizável. O Estado podia usar a Caixa Capital e lançar mão dos quadros do Caixa BI, porque não faz muito sentido ter um banco de investimento estatal a par do comercial e de um de fomento tudo em separado!”, disse, por sua vez, o advogado Pedro Rebelo de Sousa.

Lembrando que o modelo de governança ainda não está definido, o jurista adiantou que será necessário salvaguardar a futura instituição pública: “Será necessário um modelo de avaliação própria de risco que não repouse apenas na análise realizada aos projectos propostos pelos demais bancos comerciais e um quadro regulatório de funcionamento eficaz que salvasse a instituição”. ■



ID: 51165019

05-12-2013

Novo banco de fomento terá comissão instaladora nos próximos dias

Equipa cessa funções até final de Junho de 2014, sendo substituída por uma nova administração. ➔ **P32**